

Governo ataca mais uma vez o setor público

O Decreto nº 9.759/2019, assinado por Bolsonaro, que extingue colegiados da administração pública federal acaba de prejudicar a vida de milhões de brasileiros. Em mais uma medida autoritária tomada unilateralmente pelo governo Bolsonaro, o diretor do departamento de gestão e da regulação do trabalho em saúde, Alessandro Vasconcellos enviou ofício no dia 23 de maio informando aos membros da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS o encerramento das atividades do colegiado.

“Essa é mais uma atitude antissindical do governo Bolsonaro. Ele quer acabar com todas as políticas públicas que beneficie de alguma forma os trabalhadores. Nós não aceitamos essa postura e vamos mostrar nossa indignação ocupando as ruas na greve geral dia 14 de junho”, disse Raimundo pereira, presidente do Sindsep/MA que os trabalhadores

As entidades representativas dos trabalhadores emitiram Nota de repúdio contra mais essa atitude autoritária do governo que tomou essa decisão sem ouvir os sindicatos, usuários, e os Estados e Municípios que são os responsáveis pela execução do sistema, agravando ainda mais as

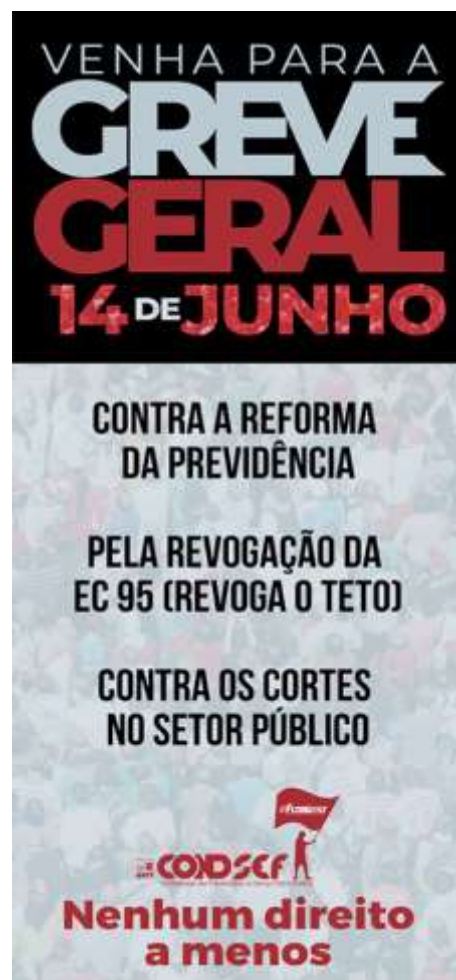


já precárias condições de atendimento da população. O próprio ministro da saúde já declarou ser contrário a gratuidade do SUS.

Esse desmonte do controle social e da representação dos trabalhadores é mais um motivo para que os servidores públicos estejam nas ruas no próximo 14 de junho, aderindo à Greve Geral em defesa do patrimônio público e dos direitos sociais.

As mesas de negociação foram uma importante conquista dos trabalhadores como ferramenta de ampliação da participação nos processos decisórios para a implantação e fiscalização da execução de políticas públicas em favor da sociedade.

“O presidente Bolsonaro já disse que não gosta de pobre e está fazendo um governo declaradamente contra os trabalhadores, por isso precisamos fortalecer a Greve Geral do dia 14 em defesa do patrimônio público, da educação gratuita e contra a reforma da previdência”, afirmou Raimundo Pereira.



Voltamos com tudo!

Agradecemos a compreensão e a ajuda de todos os companheiros e companheiras que nos ajudaram a enfrentar esse período de turbulências e as agressões do governo contra o movimento sindical e mais especificamente contra o nosso sindicato.

Por conta da Medida Provisória 873, que proibia o desconto em da mensalidade sindical em

folha de pagamento, tivemos que tomar uma série de medidas de contenção de despesas, entre elas, a diminuição do horário de atendimento para apenas o turno da manhã.

Com a vitória na Justiça e o restabelecimento das contribuições através da consignação em folha, informamos aos nossos filiados, parceiros e colaboradores que a partir de quarta-feira, **5 de junho** voltaremos

NÓS SINDICALIZADOS, SOMOS A LINHA DE FRENTE NA DEFESA DO NOSSO SINDICATO !



a funcionar normalmente das **8:00 às 12:00** e das **14:00 às 18:00** horas.

A Direção



Greve geral: após atos pela educação, ideia é "parar tudo" em 14 de junho

O sucesso das mobilizações pela educação, em todo o país, reforçou o chamamento para a greve geral contra a perda de direitos dos trabalhadores brasileiros, marcada para 14 de junho. O ponto-chave da greve é a defesa da Previdência pública e solidária que está sendo atacada pelo projeto de reforma do governo Bolsonaro.

"A reforma do Bolsonaro não é uma reforma, é uma destruição do sistema de seguridade social", explica o secretário-geral da CUT-SP, João Cayres, em entrevista ao **Brasil de Fato**. Leia abaixo os principais trechos:

Brasil de Fato: Qual a importância das mobilizações da educação para o chamamento da Greve Geral?

João Cayres: A greve geral já estava sendo discutida antes do movimento da educação. (...) Foi muito bom porque foi um sucesso (...), e neste momento todo a gente também está agregando à discussão da Previdência, da Seguridade Social, e já estamos agregando também para a Greve Geral a questão dos cortes na Educação (...).

Em relação à Previdência, as centrais divergem em alguns pontos. Gostaria que você falasse um pouco nesse sentido.

Nós estamos lidando muito bem, pela primeira vez na história nós conseguimos fazer um 1º de Maio unificado, com todas as centrais sindicais. Algo inédito, cada central sindical fazia o seu, falava com seu público específico, mas a gente conseguiu depois de muita conversa unificar. Do ponto de vista da reforma, o que tem claro pra nós é que a reforma do Bolsonaro não é uma reforma, é uma destruição do sistema de seguridade social. O que ele apresenta, que é o sistema de capitalização, não agrada nenhum tipo de central sindical. Pode ter uma ou outra pensando alguma coisa, em fazer algum tipo de reforma, mas nós da CUT entendemos que as reformas já foram feitas. A última foi em 2015 com a Dilma, com o fator 85/95, que já virou 86/95, que já resolve vários problemas. E a reforma de 2003, (...) que foi essa história de combate aos privilégios. O pessoal fala muito disso, que agora funcionário público não vai mais receber isso aquilo, isso é mentira, por que isso já foi resolvido. (...) Então essa discussão pra nós está tranquila. Nós unimos neste senti-

do, de que somos contra o sistema de capitalização porque dentro da reforma da Previdência tem também umas mudanças que aprofunda o desastre da Reforma Trabalhista. Que é o caso da chamada Carteira Verde Amarela.

Em relação a diálogo com governo, há espaço ou é inviável?

É só pegar a declaração do Ministro da Economia, que diz que se mexer uma vírgula ele vai embora do país. É um garoto mimado que não aceita nada e que se não tiver o que ele está pedindo ele vai morar fora. Ou seja, não tem conversa.

Faltando cerca de 15 dias para a Greve Geral, vão ser realizadas atividades de mobilização até lá?

O que a gente tem feito, falando pela CUT e as subseções de várias regiões de São Paulo, estamos realizando plenárias nos sindicatos debatendo justamente a forma de fazer as atividades. Vamos fazer panfletagem, assembleias nos locais de trabalho, mobilizando e conscientizando, usando as redes sociais também. Estamos conversando com setor de transporte e a ideia é parar tudo, como aconteceu no dia 28 de abril de 2017.

Por Luciana Console, Brasil de Fato